

Ubiratã, PR, 24 de abril de 2023.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5954/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023

OBJETO: MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, COM FORNECIMENTO DE LUMINÁRIAS LED E OUTROS MATERIAIS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TESTES E ENSAIOS.

DESPACHO Nº 04

Na condição de pregoeiro do Município de Ubiratã apresento decisão a respeito de recurso interposto no julgamento do pregão eletrônico em epígrafe.

1. DOS FATOS

O Município de Ubiratã instaurou o pregão eletrônico nº 09/2023 destinado à modernização da iluminação pública com fornecimento de luminárias Led e outros materiais, serviços de instalação, testes e ensaios. A sessão pública iniciou em 31/03/2023 e consoante a ata da sessão, fls. 522 a 532 dos autos do processo, classificou-se em primeiro lugar, decorrida a fase de lances, a empresa ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA, com o lance de R\$ 2.643.500,00 e com valor negociado a R\$ 2.622.215,00.

Analizada a proposta pela unidade técnica do município e conferidos os documentos de habilitação, a empresa ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA foi declarada vencedora pelo pregoeiro em 06/04/2023, momento que a proponente TRADETEK SOLUCOES EM ILUMINACAO PUBLICA E INFRAESTRUTURA LTDA manifestou intenção de recurso com a seguinte alegação (sic):

Manifestamos intenção de recurso em razão da empresa ora habilitada não cumprir em completo os requisitos estabelecidos no Edital, nos termos do Art.4º, inc. XVIII, da Lei nº 10.520 e consoante ao Acórdão nº 339/2010-Plenário o qual recomenda a não rejeição da intenção de recurso promovida por licitante interessada. Razões de fato e de direito serão explicitadas em peça recursal.

Por consequência, o pregoeiro estabeleceu prazo até 12/04/2023 para que a proponente apresentasse suas razões recursais. Para exercício do direito de contrarrecurso, foi concedido pelo pregoeiro prazo até 17/04/2023 para que a proponente ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA apresentasse suas alegações.

Em sua peça recursal, fls. 562 a 575 dos autos, a proponente TRADETEK SOLUCOES EM ILUMINACAO PUBLICA E INFRAESTRUTURA LTDA declarou, em suma (sic):

2. DOS FATOS

Na ocorrência do Pregão, a empresa ora arrematante do lote 001 (único) incorreu em erros não sanáveis que, por certo, acarretariam sua desclassificação imediata.

Isto ocorre, pois o edital traz em seu termo de referência (item 6.3), exigências para as luminárias ofertadas, que devem atender à padrões de cenário de simulações, na qual as luminárias ofertadas pela vencedora não atendem.

Vejamos, os requisitos solicitados para a simulação do cenário MR01:

Para os resultados:

Resultado apresentado pela empresa ESB:

Segue legenda:

Verifica-se que os resultados das simulações da empresa ora habilitada ESB, não cumprem os parâmetros estabelecidos pelo Município de qualidade esperado, visto que não atendem aos cenários de simulações MR01.

Destarte que, além da empresa ESB não atender as simulações editalícias, está não apresentou documento essencial para ser habilitada, deixando de juntar declaração de

dispensa de vistoria e de declaração de dispensa e responsabilização, juntamente com os documentos de habilitação, conforme prevê o item 16.2 do termo de referência.

“16.2. Caso a proponente não realize a visita técnica deverá apresentar declaração de dispensa e responsabilização, juntamente com os documentos de habilitação.”

Cumprido salientar, que a declaração serve para que futuramente a empresa vencedora não alegue o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência da licitação.

A Lei de licitações autoriza que a Administração exija a realização de visita técnica pelo licitante ou que apresente declaração de dispensa, como requisito de qualificação. Isso se refere a partir da leitura do art. 30, inciso II da Lei nº 8.666/93, que dispõe: “a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á: (...) III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Sendo assim, não merece prosperar a habilitação da empresa para o lote 001 (único), considerando que apresentou produto que não atende aos cenários de simulação (MR01) e não apresentou declaração de dispensa de vistoria, devendo a empresa ora habilitada ESB ser desclassificada do certame.

Salientou a recorrente que não caberia temeridade nas ações do pregoeiro, o qual deveria exercer seus atos de forma lícita e criteriosa. Por fim, alegou (sic):

Neste viés, verifica-se, a partir da manutenção da classificação da empresa ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA, vencedora no lote 001 (único), indicam demasiado indício de pessoalidade no caso, visto que não asseguraram as licitantes um parâmetro legal e equitativo para julgamento das propostas, e, claramente, ato atentatório aos princípios basilares da licitação pública.

Portanto, a atitude concreta e assertiva a ser exarada pela Administração é a exclusão de qualquer temeridade no processo e proceder com a DESCLASSIFICAÇÃO da ora vencedora em razão do descumprimento de exigência prevista no Edital e convocada a empresa subsequente, para análise de documentação e proposta, evitando qualquer exposição da Administração a condutas que firam o recurso público. É o que se requer.

Por sua vez a proponente ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA, através de e-mail em 18/04/2023, apresentou suas razões, ainda que intempestivas, arquivadas às fls. 578 a 597 dos autos e disponibilizada no Portal da Transparência do Município.

O pregoeiro, então, direcionou os recursos apresentados à Assessoria de Convênios do Município, unidade técnica da licitação, para que se manifestasse sobre os elementos técnicos do recurso interposto, ou seja, sobre os cenários de iluminação. A unidade técnica se manifestou conforme fls. 604 a 606 dos autos.

Sendo esta a síntese dos fatos, passo a análise e posterior decisão.

2. DA ANÁLISE DOS RECURSOS

Extraem-se duas situações distintas do recurso interposto pela empresa TRADETEK SOLUCOES EM ILUMINACAO PUBLICA E INFRAESTRUTURA LTDA. A alegação quanto aos cenários de iluminação trata-se de aspecto técnico, referente a especificações do objeto licitado, as quais fogem da área de conhecimento deste pregoeiro. Por tal razão a proposta apresentada pela empresa vencedora, assim como todos os documentos que a complementaram, foi encaminhada para apreciação pela unidade técnica do Município de Ubatuba.

Já a alegação da recorrente quanto à ausência de declaração de dispensa de vistoria e de declaração de dispensa e responsabilização junto aos documentos de habilitação da empresa ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA, trata-se de recurso contra ato praticado exclusivamente pelo pregoeiro quando da habilitação da proponente ora vencedora da licitação.

Isto posto, passo a discorrer sobre as razões da recorrente de forma isolada.

2.1. Da ausência de declaração de vistoria ou de responsabilidade.

Alegou a recorrente que a empresa ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA não poderia ter sido habilitada para a licitação uma vez que deixou de apresentar atestado de visita técnica ou declaração de responsabilidade pela não realização da vistoria.

Assiste razão à recorrente que de fato a proponente vencedora deixou de apresentar a referida documentação, o que, inclusive, não foi notado pelo pregoeiro quando da verificação dos documentos de habilitação apresentados pela empresa.

No entanto, o edital do pregão eletrônico nº 09/2023 assim estabelecia quanto à apresentação dos documentos de habilitação para a licitação, conforme fl. 277 dos autos:

08. DA HABILITAÇÃO

*8.1 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar pelo sistema, **após o encerramento da disputa**, deve encaminhar ao Pregoeiro os documentos relativos à habilitação e proposta de preços (grifo nosso).*

Ou seja, finalizada a fase de lances e aceita a proposta da empresa classificada em primeiro lugar, caberia ao pregoeiro solicitar os documentos de habilitação da proponente vencedora para apreciação na forma estabelecida pelo instrumento convocatório.

Por sua vez, o edital estabelecia uma série de documentações para fins de habilitação em consonância com os arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/1993, dentre os quais, para fins de qualificação técnica, eram exigidas as seguintes comprovações (fls. 278 e 279):

8.7 Quanto à Capacidade Técnica:

8.7.1 Comprovação de experiência do proponente:

8.7.1.1 Atestado(s) de execução bem sucedida, em nome do proponente, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante realizado Instalação de 1678 Luminárias para Iluminação Pública de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao solicitado neste Edital, podendo a comprovação ser feita por mais de um atestado. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o Município possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante.

a) o quantitativo de 1678 luminárias corresponde a 50% do quantitativo estabelecido para a licitação.

8.7.2 Comprovação de experiência e vínculo do(s) profissional(ais):

8.7.2.1 Acervo Técnico, expedido pelo Conselho de Classe, do responsável técnico pela totalidade dos serviços, objeto deste Edital, comprovando experiência desse(s) profissional(nais) na execução de serviços de Instalação de Luminárias para Iluminação Pública, até o seu recebimento definitivo pelo licitador.

8.7.2.2 Registro em carteira profissional, contrato de prestação de serviço, pré-contrato ou contrato social comprovando o vínculo do(s) profissional(ais) com o Proponente.

8.7.2.2.1 O pré-contrato a que se refere o item 8.7.2.2 deve vincular o(s) profissional(is) ao Proponente, devendo esta vinculação ser condicionada à assinatura do Contrato entre o Proponente e o Município.

8.7.3 Regularidade no Conselho de Classe

8.7.3.1 O proponente e seu responsável técnico deverão apresentar comprovante de que estão devidamente registrados no Conselho de Classe do Estado da prestação dos serviços. Caso a Empresa seja sediada em Estado diferente, será aceita a comprovação da inscrição em outra localidade para fins de habilitação, devendo ser providenciado o visto no Estado em que o objeto está sendo executado, somente se o Proponente vier a ser contratado.

8.7.4 Declaração de Trabalhador(es) Capacitado(s) (NR-10 e NR-35)

8.7.4.1 O proponente deverá apresentar declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is), conforme Anexo nº 06 deste Edital.

8.7.5 Declaração de disponibilidade de veículo(s), equipamento(s) e máquina(s)

8.7.5.1 O licitante deverá declarar a disponibilidade dos bens para a execução dos serviços, conforme ANEXO n.º 08, devidamente assinada pelo representante(s) legal(is).

8.7.6 O(s) profissional(ais) e o(s) trabalhador(s) só poderão ser substituídos se atendidos dos itens 8.7.2 ao 8.7.4, respectivamente, com expressa autorização do licitador.

8.7.7 Declaração de Garantia, conforme Anexo 10.

Observa-se que da documentação exigida para fins de qualificação técnica das licitantes, o instrumento convocatório não estabeleceu a obrigatoriedade de apresentação de atestado de visita técnica ou de declaração de responsabilidade, sequer exigindo que fosse efetuada tal vistoria pelas empresas interessadas na execução do objeto da licitação. Por tal motivo, na análise dos documentos de habilitação da empresa ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA, o pregoeiro julgou suficiente a documentação apresentada, habilitando a proponente por cumprir com os requisitos estabelecidos pelo edital.

Contudo, quando da finalização do pregão, o pregoeiro observou que o Termo de Referência elaborado, fls. 308 a 340 dos autos, estabelecia a seguinte exigência, não prevista no edital da licitação:

16. VISITA TÉCNICA

16.1. A visita técnica é facultativa e, se assim desejar o licitante, quando da sua realização deverá ser agendada com profissionais da Secretaria de Obras e Infraestrutura, localizada na localizada em Ubatuba, Paraná, bairro, CEP: 85440-000, ou, pelo telefone (44) 3543-8021.

16.2. Caso a proponente não realize a visita técnica deverá apresentar declaração de dispensa e responsabilização, juntamente com os documentos de habilitação (Grifo nosso).

Se tratando da faculdade da realização da vistoria técnica e diante do conflito de informações o pregoeiro, por ofício, efetuou diligência junto à proponente vencedora através de e-mail, conforme relatado a seguir:

Prezados, bom dia.

Finalizado o pregão eletrônico 09/2023, sendo a empresa ESB INDÚSTRIA devidamente habilitada, verifiquei que o Termo de Referência estabelecia, apesar do edital sequer mencionar tal obrigatoriedade, a realização facultativa de visita técnica, com a apresentação de atestado de visita ou declaração de responsabilização pela não visita junto aos documentos de habilitação. Friso novamente que não havia tal previsão no instrumento convocatório, o que passou por mim despercebido no momento da verificação das condições de habilitação.

Contudo, o edital estabelecia no item 8.1 que “A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar pelo sistema, após o encerramento da disputa, deve encaminhar ao Pregoeiro os documentos relativos à habilitação e proposta de preços”. Ou seja, caberia a empresa apresentar seus documentos de habilitação somente após a disputa.

Em face de o edital não estabelecer prazo para apresentação dos documentos de habilitação, tampouco encontrar-se alinhado ao TR nesse aspecto, entendo que a falha foi minha em não solicitar o aludido documento e não da empresa em deixar de apresentá-lo.

Sendo assim, amparado pelo princípio da economicidade e da ampliação da disputa, considerando também a materialização do princípio do formalismo moderado sem comprometimento da disputa, considerando, por fim, que tal declaração possui apenas cunho declaratório, solicito por gentileza que seja encaminhado via e-mail declaração de responsabilidade pela não realização de vistoria.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Pregoeiro

Tel: (44) 3543-8010

De forma imediata a proponente encaminhou declaração de responsabilidade pela não realização da vistoria, arquivada as fls. 537 a 542 dos autos e disponibilizada no Portal da Transparência do Município.

Considerando que o edital estabelecia que a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, após o encerramento da disputa, deveria encaminhar ao pregoeiro os documentos relativos à habilitação e proposta de preços, não se tratou de falha ou equívoco da proponente em deixar de apresentar a referida declaração, mas sim do pregoeiro

em deixar de solicitá-la. E nem mesmo há que se falar em equívoco do pregoeiro ao deixar de requisitar tal documento, uma vez que o edital da licitação sequer exigia tal declaração.

Insta ressaltar que a diligência efetuada pelo pregoeiro para solicitar a referida declaração amparou-se no princípio do formalismo moderado no julgamento da licitação, o qual, apesar de não poder ser utilizado em desmerecimento ao princípio da vinculação do instrumento convocatório, pode e deve ser utilizado no caso de um conflito de princípios.

Notoriamente a ausência da referida declaração não causou qualquer prejuízo à Administração. Contudo, caso o pregoeiro agisse com excesso de rigor, resultaria na não seleção da proposta de menor valor, proposta esta até então mais vantajosa economicamente ao Município de Ubatuba.

Sobre o formalismo moderado nas licitações, citamos o recente Acórdão nº 1184/22 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná quanto ao excesso de formalismo no julgamento das licitações:

Conforme assentado na jurisprudência dos Tribunais de Contas, no curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo dos atos sobre o formalismo exagerado. Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio para o atendimento de necessidades públicas e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Nos termos do notório ditado de Adilson Dallari, “a licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”. Por consequência, o rigor formal no exame das propostas ou documentos de habilitação dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, devendo as simples omissões ou irregularidades na proposta ou documentação que a instrui, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante o deferimento de diligência saneadora, ao invés da desclassificação sumária de propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias à Administração (TCU, Acórdão 2302/2012 – Plenário). Destaque-se que a possibilidade de promoção de diligência saneadora para fins de esclarecimentos de incertezas ou complementação da instrução do processo é medida expressamente prevista pelo art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93 (Grifo nosso).

Com fulcro no dispositivo previsto em lei e na decisão mencionada, o pregoeiro, em seu papel de autoridade julgadora da licitação, realizou diligência a fim de sanar a suposta irregularidade. O art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/1993, assim estabelece sobre o poder-dever da realização de diligências:

*Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
[...]*

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Amparado no art. 43, §3º da Lei nº 8.666/1993 e em precedente do Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Acórdão nº 286/22, fixou o seguinte entendimento:

PROCESSO Nº: 745420/21 [...] ACÓRDÃO Nº 286/22 - Tribunal Pleno [...] Com efeito, segundo a Representante, no momento da análise dos documentos de habilitação jurídica a pregoeira teria constatado a falta de Certificado de destinação de resíduos industriais gerados, emitido pelo Órgão Ambiental Estadual ou por empresa terceirizada, confirme item 9.6.3 do Edital e com esse fundamento inabilitado a empresa. Ocorre que a falta de tal documento poderia ser sanada por uma diligência simples dentro do procedimento, antes do encerramento da sessão. O documento de habilitação era preexistente e bastaria a sua apresentação. Correta nesse ponto a argumentação da representante no sentido de que seria aplicável a primeira parte do § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/93:

[...]

Isso porque cabe à administração pública um respeito ao formalismo moderado, visto que as regras têm como finalidade o atendimento ao interesse público, que resta ferido quando o extremismo no cumprimento de um rigor formal supera a finalidade do ato emitido. A apresentação de documento faltante dentro da sessão consistiria em medida razoável e salutar, a fim de preservar a licitante que apresentou a proposta mais vantajosa. Assim, caberia à pregoeira avaliar o caso concreto e preservar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e permitir que a condição preexistente fosse comprovada por meio de diligência. Não há que se falar em desrespeito aos princípios da vinculação ao edital e à isonomia, na medida em que a licitação tem como finalidade a busca pela proposta mais vantajosa e não consiste em um fim e si mesma. Nesse sentido há precedente recente do TCU:

*REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).** O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; **sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.***

***Veja-se, tratando-se de mera falha ou equívoco não caberia a desclassificação do licitante, mas sim a abertura de diligência,** tendo em vista que o Certificado de destinação de resíduos industriais gerados, emitido pelo Órgão Ambiental Estadual ou por empresa terceirizada autorizada era documento preexistente, que apenas atestava condição já cumprida, conforme peça 12 do presente procedimento (grifo nosso).*

Extraí-se do acórdão do TCE/PR que na forma que estabelece o art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/1993, a vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela autoridade julgadora da licitação. E para o caso em tela, o pregoeiro assim o fez.

Por fim, em se tratando da alegação sobre a pessoalidade do pregoeiro no julgamento da licitação, tratou-se de informação inverídica.

Ora, todos os atos do pregoeiro balizaram-se única e exclusivamente na legislação aqui mencionada. A recorrente teve a oportunidade de disputar a fase de lances com a proponente vencedora de forma isonômica, sem qualquer interferência do pregoeiro. À recorrente, ainda, foi concedida a oportunidade de interpor recurso contra qualquer ato praticado pelo pregoeiro, considerando, ainda, que todos os atos praticados no decorrer da licitação foram transparentes e imediatamente informados a todos os participantes da referida licitação. Alegar que o pregoeiro deixou de assegurar um parâmetro legal e equitativo no julgamento das propostas demonstra um total desconhecimento da recorrente quanto aos “princípios balizares” aplicáveis às licitações.

Nesse viés, resta mais que demonstrada à impessoalidade e isonomia do pregoeiro no julgamento das propostas e dos documentos de habilitação da proponente vencedora, adverso do que sugere a recorrente em suas razões recursais. Toda e qualquer oportunidade concedida a proponente classificada em primeiro lugar seria igualmente estendida às demais participantes, caso necessário.

Sendo assim, considerando a obscuridade do instrumento convocatório quanto à realização da vistoria técnica, assim como da ausência de exigência junto aos documentos de habilitação do atestado de visita ou da declaração de responsabilidade pela não realização da mesma, considerando o disposto no instrumento convocatório sobre o envio dos documentos de habilitação pela proponente vencedora apenas depois de finalizada a fase de lances, considerando a diligência efetuada de ofício pelo pregoeiro para solicitação da declaração de responsabilidade pela não realização de vistoria, considerando o previsto no art. 43, §3º da Lei nº 8.666/1993 e no Acórdão nº 286/22 do TCE/PR e, por fim, com fulcro nos princípios do formalismo moderado, da economicidade, da impessoalidade, da isonomia e da ampliação da disputa, não merece prosperar o recurso interposto pela proponente TRADETEK SOLUCOES EM ILUMINACAO PUBLICA E INFRAESTRUTURA LTDA, permanecendo a empresa ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA habilitada para a licitação.

2.2. Dos cenários de iluminação.

Quanto ao suposto desatendimento aos cenários de iluminação do produto proposto pela empresa ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA, a unidade técnica, conforme diligência constante nas fls. 604 a 606 dos autos, assim se manifestou:

[...] Sobre a alteração nos cenários de simulação, item este alegado pelas empresas TRADETEK SOLUÇÕES EM IUMINAÇÃO PÚBLICA E INFRAESTRUTURA LTDA. e TMFW SOLUÇÕES EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA LTDA., a contrarrazão apresentada mostra com prints, os arquivos de simulação apresentados pela empresa ESB na licitação. [...] Todas as simulações foram refeitas com os arquivos .IES enviados pela empresa primeira colocada no certame, e com relação aos cenários de simulação, todos estão atendendo ao que foi solicitado em edital

Sendo assim, com base no entendimento da unidade técnica a empresa ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA atendeu aos cenários de iluminação previstos no Termo de Referência.

3. DA DECISÃO

Por todo o exposto, decido conhecer o recurso interposto pela empresa TRADETEK SOLUCOES EM ILUMINACAO PUBLICA E INFRAESTRUTURA LTDA, para, no mérito, julgá-lo improcedente, mantendo a empresa ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA como vencedora do pregão eletrônico nº 09/2023.

Em face da manutenção da decisão, encaminho o recurso à autoridade superior para decisão final.

Sendo só para o momento, firmo o presente despacho.

Renan Felipe da Silva Lima
Pregoeiro